

**Nº 64**

**Crise,  
Estabilização  
e retomada do  
crescimento:  
para além do neo-  
liberalismo e do  
desenvolvimentismo**

**Pedro da  
Motta Veiga**

**Novembro de 1991**

TEXTO PARA DISCUSSÃO

CRISE, ESTABILIZAÇÃO E RETOMADA DO CRESCIMENTO:  
PARA ALÉM DO NEO-LIBERALISMO E DO DESENVOLVIMENTISMO

PEDRO DA MOTTA VEIGA

NOVEMBRO/1991

## Í N D I C E

I - Estabilização e Retomada do Crescimento: Um debate a modernizar .....	01
II - Os Anos 70 e 80 no Brasil: Os ajustamentos frustra <u>dos</u> .....	04
III - Uma Difícil Transição .....	09
IV - Referências Bibliográficas .....	19

I - ESTABILIZAÇÃO E RETOMADA DO CRESCIMENTO: UM DEBATE  
A MODERNIZAR

Os impasses do debate dos temas relacionadas à esta-  
bilização e à retomada do crescimento se expressam, no Brasil,  
de diversas formas.

Primeiro, nas posições dominantes no debate acerca  
do modelo de desenvolvimento desejável para o futuro. De um la-  
do, estão as chamadas propostas neo-liberais, consubstanciadas  
no receituário do "Washington Consensus" (Williamson, 1990). De  
outro, as propostas que se pretendem neo-schumpeterianas e que  
investem na tese da formação dos "campeões nacionais" e da ne-  
cessária concentração de capitais para forjar empresas nacio-  
nais competitivas internacionalmente, configurando uma posição  
que, por comodidade, se denominará aqui desenvolvimentista.

Ambas as posturas, além de efetuarem um diagnóstico  
superficial da crise da industrialização brasileira, parecem  
ignorar algumas tendências recentes que se observam nos países  
da OCDE e no conceito de política industrial ali praticada.  
Por um lado, neo-liberais parecem ignorar que a tríade libera-  
lização/desregulamentação/privatização deixou há muito de ser,  
nos países da OCDE, a solução mágica para a superação da crise  
dos anos 70: ao longo dos 80, o credo neo-liberal foi "absorvi-  
do" pela tradição corporativista das sociedades européias e o  
modelo que daí emerge incorpora importantes elementos do neo-libe-  
ralismo, mas não o faz em detrimento dos princípios e tradições

sócio-econômicas daquelas sociedades. Por outro lado, os neo-desenvolvimentistas transformam a percepção da insuficiência do neo-liberalismo em um argumento para a intervenção do Estado e para a adoção de políticas na área industrial e tecnológica no melhor estilo do período de substituição de importações e não consideram a necessidade de redefinir as relações entre os setores industriais que "puxaram" a substituição de importações e o resto da economia. São temas prioritários desta corrente a "dependência tecnológica", a formação de grandes conglomerados nacionais e uma profunda preocupação com a abertura".

Ignora-se neste modelo, a mudança radical por que passa, na OCDE e nos NPIs da Ásia, a concepção e a implementação de tais políticas, em termos de escopo e de instrumentos: políticas defensivas setoriais, que representaram o essencial da estratégia de ajustamento industrial posterior ao primeiro choque do petróleo, são substituídas por novas diretrizes "claramente orientadas para aumentar a competitividade internacional da economia como um todo, através do apoio ao investimento em know-how e do incentivo ao processo de internacionalização das empresas" (Chudnosvsky, 1991). Políticas horizontais e funcionais adquirem prioridade e o escopo de políticas regionais e setoriais é redefinido, ao mesmo tempo que se enfatiza, nas políticas de tecnologia, a orientação para a difusão e formação de usuários de novas tecnologias. Nas palavras de Freeman (1989), "o que é necessário é ter a capacidade de usar as novas tecnologias em algumas indústrias e de produzir uma parcela da ampla gama de novos produtos e serviços, apropriada

às condições, recursos e vantagens comparativas locais" (grifos do autor).

Estas novas diretrizes de política representam a adaptação do escopo e dos instrumentos de intervenção, a nível estrutural, às tendências do novo paradigma da industrialização e à crescente interdependência entre as economias nacionais, que retiram eficácia à forma tradicional de atuação, além de colocar esta sob a mira das acusações de gerar distorções comerciais, penalizar parceiros, etc.

Uma segunda expressão dos impasses do debate é a atitude de resistência ao ajustamento, o que Bresser Pereira (1991) denomina "refusal to adjust attitude", e que tem raízes profundas na prática política de grupos sociais que fizeram do desenvolvimentismo seu ideário. Esta atitude, que recusa à estabilização como um bem público, é uma clara manifestação do populismo econômico (Sachs, 1989; Dornbusch e Edwards, 1989) e se expressa em reações empresariais e sindicais como recusa em si da recessão e como defesa - ainda que por vezes não explícita - de uma gestão da política econômica caracterizada pelo stop and go.

A idéia de que é possível ajustar sem custos - que também esteve presente nos experimentos heterodoxos de estabilização, a partir de 86 - expressa economicamente o pacto social em torno do qual se solidifica o bloco industrialista no Brasil: ao longo dos anos 50 e 60, assiste-se a uma sucessão de fracassos das tentativas de estabilização macroeconômica e o objetivo da estabilidade econômica só é aceito pela classe domi



nante em troca da estabilidade política restabelecida pelos militares através do golpe de 64. Em termos estratégicos, o modelo de desenvolvimento que emerge no período pós-64 estabelece uma nova aliança de classe reunindo empresários e segmentos tecno-burocráticos: moderniza-se a base local do pacto populista e desloca-se a hegemonia no interior de cada um dos grupos sociais parceiros do pacto, em direção aos segmentos "modernos" vinculados ao ciclo de industrialização do final dos anos 60 e da década de 70.

A falta de prioridade à estabilidade macroeconômica é uma característica da industrialização brasileira e de um padrão de formulação e implementação de políticas baseado na "setorialização" das relações entre aparelho de Estado e setor privado e na montagem de arranjos institucionais de promoção e proteção de interesses setoriais muitas vezes conflitivos ou concorrentes entre si.

## II - OS ANOS 70 E 80 NO BRASIL: OS AJUSTAMENTOS FRUSTRADOS

A mudança na forma do Estado após 64 não induz modificações substanciais na lógica da regulação econômica<sup>(\*)</sup> preva-  
lente no pré-64, fortemente introvertida e apoiada em dois grandes mecanismos de ajustamento: a intervenção do Estado mobilizador e tutelar para financiar, promover, proteger as em-  
presas e a "plasticidade" da estrutura de distribuição de renda, autorizada pelos mecanismos do modelo de relação salarial dominante.

---

\* No sentido utilizado pela chamada "escola francesa da regulação"

Ao longo dos anos 70, a atuação do Estado acentua traços típicos de uma intervenção tutelar que determina uma lógica de regulação da oferta assentada na consolidação, para as empresas baseadas no país, de posições não-contestáveis no mercado doméstico e em um complexo sistema de incentivos e de subvenções que poupava às empresas o enfrentamento do problema da validação comercial da produção e do financiamento.

Esta lógica de atuação contribui para enfraquecer o Estado, em termos de capacidade gerencial e normativa e em termos fiscais, criando as condições para a sua crise nos anos 80. Neste sentido, há uma continuidade entre os processos de ajustamento dos anos 70 e 80, não se podendo fazer do segundo o oposto do primeiro: ambos reforçavam "tendências pesadas" da industrialização que estão na origem da deterioração do modo de regulação que assegurou a industrialização brasileira, a regulação tutelar (Motta Veiga, 1990).

Embora não caiba, aqui, discutir detalhadamente estas questões, vale esboçar algumas considerações sobre o processo de ajustamento da economia brasileira, ao longo dos anos 70 e 80, buscando estabelecer os elementos de uma periodização deste processo.

Tal periodização permitiria identificar nos anos 73-80 e na reação ao primeiro choque do petróleo, a intensificação de práticas de gestão da política econômica que desgastaram aceleradamente a capacidade de financiamento do setor público. A combinação do rígido controle das importações com a absorção quase irrestrita de recursos financeiros externos permitiu o financiamento dos déficits em conta corrente gerados



pelas opções de política econômica, sem a percepção do quadro de restrições externas. Por outro lado, o reforço do intervencionismo do Estado e a mecânica internalização da dívida externa por este aprofundaram a transferência de recursos para o setor privado e geraram efeitos fiscais que estariam na origem dos desequilíbrios macroeconômicos e distributivos dos anos 80 (Carneiro, 1989).

Ou seja, herda-se dos anos 70, uma trajetória de desgaste gradual da capacidade de financiamento e de direcionamento do processo estratégico de desenvolvimento pelo setor público, que seria aprofundado pela estratégia de ajustamento externo dos 80. A própria política de ajustamento estrutural dos anos 70, no entanto, já havia desencadeado o processo com a sua panóplia de mecanismos de transferência de recursos do setor público para o privado: expansão dos créditos subsidiados ao setor privado, repressão de preços e tarifas públicas, uso das empresas públicas como instrumento de captação de empréstimos externos e utilização das isenções fiscais como principal ferramenta de política industrial, tudo isto agenciado dentro do padrão "setorializado" de gestão de políticas de investimento, de preços e de financiamento.

Neste contexto, os choques dos juros e do petróleo na virada da década de 70 para os anos 80 e a escassez de financiamento externo determinam a passagem para segunda fase do processo de ajustamento da economia brasileira aos constragimentos externos.

Os mecanismos de absorção dos constrangimentos externos, agora amplificados pelos choques dos juros e do petróleo,

mobilizarão, nesta segunda fase, não só o Estado e a transferência de renda do setor público para o setor privado, mas a dinâmica macroeconômica como um todo. Um ajustamento recessivo combinando queda dos investimentos públicos e privados, controle estrito das importações, contração da demanda interna e o uso crescentemente ativo (entre 80 e 85) da política cambial compõem a estratégia, nesta fase. Toda a dinâmica de reprodução econômica e social é hipotecada ao objetivo de gerar superávits na balança comercial e a reação do corpo social às desregulagens produzidas por esta estratégia de faz sentir através do aguçamento do conflito distributivo, da guerra prolongada da indexação e da aceleração inflacionária.

Nas palavras de Fishlow (1986) " a agressiva desvalorização cambial convertia-se, mais cedo ou mais tarde - geralmente, mais cedo - em inflação doméstica, dada a ubiquidade da indexação. Adicionalmente, o setor público necessitava extrair recursos cada vez maiores do setor privado a fim de atender ao enorme serviço da dívida pública externa (sendo que) o Estado é demasiadamente fraco para realizar a grande transferência requerida de forma não inflacionária".

Com a indexação, a desvalorização se traduz em inflação e, aos poucos, reduz-se a eficácia do ajustamento propiciada pelo deslocamento cambial, que degenera em "meras evoluções nominais", incapazes de sustentar qualquer "transformação dos constrangimentos reais" (Aglietta, 1981) ou de estimular processos de diferenciação entre preços e agentes.

A perda de eficácia dos instrumentos mobilizados pelo

padrão vigente de ajustamento, e os efeitos de retroação da desregulagem macroeconômica sobre a margem de manobra de que o Estado dispõe para a gestão da política econômica e a administração de curto prazo sinalizou a passagem para a terceira fase do processo de ajustamento da economia brasileira, que desembocaria em uma situação hiperinflacionária.<sup>(1)</sup>

Ao longo da década de 80 e, em especial a partir de 1986, as medidas de gerenciamento de curto prazo são aplicadas pressupondo não só uma integral reversibilidade dos fenômenos responsáveis pela "derrapagem" inflacionária e dos efeitos especificamente produzidos pelas medidas adotadas, mas ainda a neutralidade destas medidas em relação à evolução de médio e longo prazos da economia.<sup>(2)</sup> Ignora-se a existência de uma dinâmica de deterioração estrutural vinculada a fatores de longo prazo: na realidade, esta aplicação de medidas de curto prazo com hipótese implícita de reversibilidade contribuiria para aprofundar aquela dinâmica de deterioração, conferindo-lhe características de irreversibilidade. Sem que as análises econô

---

(1) Cabe observar que é na segunda fase (80 a 85, aproximadamente) que se manifestam os efeitos de maturação dos investimentos feitos no bojo do IIº PND, isto é, aquele esforço que constituiu um dos aspectos básicos do ajustamento estrutural pós-primeiro choque do petróleo. A conclusão da década de 80 e a distância adquirida permitem argumentar que tais esforços geraram efeitos bastante diferenciados setorialmente, quanto à criação e consolidação da capacidade de gerar exportações, em função das próprias características diferenciadas dos produtos e setores, bem como de suas condições de comercialização internacional. Alguns setores se ressentem particularmente da retração de incentivos e da restrição na oferta governamental de financiamento à exportação (bens de capital, por ex.).

(2) Para uma discussão teórica deste temas, ver Boyer et alli (1991). Para uma análise concreta dos efeitos dos choques econômicos sobre a deterioração da conjuntura, ver Castro (1991).



micas explicitem esta mudança de qualidade da crise e seus determinantes, há um deslocamento da percepção dominante no sentido de identificar a crise como estrutural e não apenas um "desvio" do bom caminho operado pela política econômica

### III - UMA DIFÍCIL TRANSIÇÃO

Falsas oposições entre neo-liberalismo e neo-desenvolvimentismo e entre recessão e crescimento<sup>(3)</sup> ilustram os impasses do debate no Brasil sobre estabilização e retomada do crescimento. No debate sobre o modelo de desenvolvimento, ao industrialismo desenvolvimentista opõe-se o liberalismo anti-industrial: ambas posições evitam a questão central, ou seja, a necessária redefinição do lugar da indústria, no modelo de desenvolvimento pós-substituição de importações, e a incontornável reestruturação industrial por que deverão passar as economias latino-americanas na década de 90.

Deste ponto de vista, pode-se sustentar que o desafio da estabilização macroeconômica é, em nossos países, gerenciar a transição conflituosa entre modelos de industrialização, administrando os custos da mudança e estabilizando uma nova configuração de "ganhadores" e "perdedores" compatível social e politicamente com a retomada de uma trajetória estável de crescimento cumulativo. Neste sentido, todo processo de estabilização coloca o complexo problema da redefinição das rela -

---

<sup>3</sup> Sem que se tenham estabelecido os pressupostos para a retomada sustentada do crescimento.

ções entre os grupos hegemônicos no modelo de desenvolvimento que se esgotou - e que mantêm considerável poder econômico e político - e o resto da sociedade: a capacidade de bloqueio destes grupos é considerável e cresce à medida que, à ameaça representada pela estabilização, junta-se aquela configurada pela liberalização comercial.

A complexidade do ajustamento brasileiro derivaria, em boa parte, desta configuração específica que assume, no país, a economia política da transição, em função do poder de que seguem dispondo, na sociedade, os grupos hegemônicos do "bloco industrial". Vale lembrar que, em outros países da América Latina, o ajustamento seguiu-se a um processo de debilitamento e de desgate do poder do "bloco industrial".

Chile, Argentina e México podem ilustrar este processo de adaptação - muitas vezes traumática - de sociedades e economias fortemente regulamentadas em nome do crescimento industrial a uma lógica de liberalização. Em princípio, esta redefinição se dá ao longo de um vetor mais adequado à fase de desenvolvimento posterior à da industrialização induzida pela intervenção promocional e protecionista de um Estado cujo dinamismo se esgota dramaticamente no final dos anos 70 e início dos 80 (Bresser Pereira, 1990; Motta Veiga, 1990a e 1990b).

Algumas reflexões recentes tentam incorporar à discussão sobre estabilização, liberalização e retomada do crescimento lições derivadas das contradições e dificuldades das ex



periências de ajustamento de países em desenvolvimento nos anos 80. Estas reflexões concedem maior atenção às relações entre crise da industrialização, esgotamento do padrão de inserção internacional e processos de ajustamento doméstico e externo levados a cabo por economias latino-americanas na década que passou. Além de iluminar estes processos sob uma ótica nova e compatível com a sua complexidade, tais relações também contribuem para o entendimento das perspectivas de estabilização e de retomada de crescimento em nossas economias.

São quatro os principais aspectos enfatizados por estes trabalhos:

1. a passagem da estabilização ao crescimento não é automática, e este fato aponta para a existência de um problema de coordenação que afeta especialmente as decisões de investimento, por suas características de irreversibilidade (Dornbusch, 1990);

2. a inconsistência das recomendações de política que conferem à liberalização de importações um papel central na retomada do crescimento (Rodrik, 1990b; Helleiner, 1990; Lopez, 1991): haveria uma inadequação entre o objetivo (o crescimento) e o instrumento (a abertura), visto que não se estabeleceu teórica ou empiricamente a existência de causalidade entre os termos;

3. a superioridade da promoção de exportações sobre

a liberalização de importações, no que se refere aos efeitos crescimento econômico e incremento de produtividade (Lopez, 1991);

4. a necessidade de se conceder forte prioridade ao tema da sustentabilidade dos processos de reforma de política, o que envolve não somente o ponto acima e o gerenciamento da taxa de câmbio real durante o ajustamento, mas também a seqüência e a combinação de instrumentos de política a que se recorre durante a reforma (Rodrik, 1990a; Fanelli et alli, 1990). Estudos recentes sobre estratégias de reforma comercial mostram que o sucesso das experiências recenseadas deve-se muito à adequação da estratégia adotada às condições específicas e às estruturas econômicas, sociais e institucionais às quais elas se aplicam que ao atendimento a recomendações — padrão quanto ao conteúdo e à seqüência das reformas ou quanto ao papel central da liberalização de importações no processo (Helleiner, 1990; Shapiro e Taylor, 1990). Esta maior adaptação se traduziria em um grau maior de credibilidade e de sustentabilidade das políticas, elemento essencial se se pretende que a reforma comercial seja parte de um ajustamento de médio prazo assentado em uma estratégia de competitividade.

Estas reflexões convergem para a crítica à idéia de que há uma trajetória única e natural (a idéia dos estágios, cara ao "Washington Concensus") que, trilhada pelas economias em crise, leva necessariamente à estabilidade e à retomada do crescimento. Evidencia-se que a fusão do receituário do FMI

para a administração de curto prazo com as recomendações de políticas estruturais liberalizantes, propiciada pelo "Washington Consensus", não é em si suficiente para gerar uma trajetória sustentada de estabilização com crescimento, embora tenha constituído uma fonte importante de crítica às distorções geradas pelo modelo de substituição de importações, principalmente no que se refere a três aspectos:

a) a identificação das restrições comerciais e industriais policy generated no marco daquela estratégia;

b) a "despreocupação" daquela estratégia em relação à coerência macroeconômica das políticas setoriais que a concretizavam; e

c) a afirmação de que as transformações a serem empreendidas pelas economias latino-americanas deveriam se processar ao longo de um vetor de liberalização doméstica e externa.

Para além do "Washington Consensus", no entanto, dois tipos de críticas se elaboram e que podem — articuladas às reflexões que relançam, nos países centrais, a teoria do crescimento (Lordon, 1991) — impulsionar uma nova onda de trabalhos sobre o tema do desenvolvimento econômico, cuja legitimidade acadêmica e política foi negada pela hegemonia do "Washington" Consensus" nos anos 80.

a) A primeira crítica analisa internamente a lógica do receituário FMI e dos modelos de ajustamento propostos à luz do "Washington Consensus", apontando para o fato de que o período de ajustamento gerou desequilíbrios estruturais que vieram se somar àqueles herdados da substituição de importações, sem



ser capaz de gerar uma dinâmica de competitividade sustentada (Fanelli et alli, 1990; Motta Veiga, 1990a). Esta crítica explícita, em especial, "os frágeis fundamentos teóricos (do "Washington Consensus") no que se refere ao relacionamento entre políticas de curto e longo prazos, desenhadas respectivamente para estabilizar a economia e para a retomada do crescimento", (Fanelli et alli, 1990). Em função desta fragilidade, o "Washington Consensus" ignorou a questão da dinâmica dos processos desencadeados pela adoção de suas recomendações, tema que se revelaria essencial para o entendimento da passagem da fase do ajustamento externo ao período de instabilidade hiperinflacionária no caso brasileiro, por exemplo. A incapacidade de introduzir a idéia de irreversibilidade dos processos desencadeados tanto pela crise quanto pelos ajustamentos é particularmente clara, neste caso.

b) A segunda crítica agrega à primeira a idéia de que o "Washington Consensus", ignora componentes essenciais de uma política de retomada do crescimento (Chudnovsky, 1991), entre os quais a formulação de uma ativa política industrial, tal qual praticada nos países da OCDE, ou seja compatível com os requisitos de liberalização comercial. Esta crítica aponta para a descontinuidade entre fases de estabilização e para a necessidade de, se desenharem políticas que incentivem respostas positivas da oferta e que sirvam de "ponte" entre as duas fases. Este tipo de crítica reúne, na realidade, dois argumentos diferentes: o primeiro se refere à necessidade de se reduzir os custos do ajustamento e da retomada do crescimento; o segundo concerne a neces

cidade de que esta retomada propicie a emergência de vantagens comparativas dinâmicas. Segundo este último argumento, na falta de uma política ativa de inovação e de reestruturação industrial, a retomada do crescimento se dará ao longo de um vetor de consolidação de vantagens comparativas adquiridas. Há aí um issue de política interessante, qual seja o de analisar empiricamente os efeitos dos ajustamentos estruturais bem sucedidos - que viabilizaram a estabilização e a posterior retomada de crescimento (Chile e México, por exemplo) - sobre a qualidade da especialização internacional das economias às quais eles foram aplicados. Na realidade, não é evidente que a estrutura de especialização que emerge seja rigorosamente de tipo tradicional, ou seja, baseada na exploração de vantagens comparativas "naturais", o que significaria a necessidade de qualificar melhor os argumentos que concretizam este tipo de crítica.

Seja como for, tais críticas, aliadas aos quatro eixos de reflexão aqui apresentados anteriormente sobre os processos de ajustamento estrutural dos países em desenvolvimento, sinalizam o fim do monopólio do "Washington Consensus" como fonte inspiradora de recomendações de políticas dos órgãos de financiamento internacional. Podem, inclusive, influenciar - no futuro próximo - a definição do esquema de condicionalidades que rege o posicionamento de tais instituições nas negociações com os países-membros que a elas recorrem: a introdução - como categorias relevantes para as negociações - de temas como a economia política de transição, enquanto fator condicionante do ajustamento, e de enfoques que ressaltem a especificidade das trajetórias nacionais de ajustamento ( em fun



ção das características históricas e institucionais das diferentes economias) poderá colocar sobre novas bases a discussão das questões relativas ao ajustamento e à retomada do crescimento e, em especial, aos problemas atinentes às relações entre os dois processos.

Sem dúvida, estas críticas e reflexões são compatíveis com um modelo de desenvolvimento pautado por uma diretriz liberalizante e, ao mesmo tempo, pela formulação ativa de políticas estruturais nos moldes das que se adotam hoje, nos países da OCDE. Neste quadro de referência, não é mais a reforma comercial que "alavanca" a competitividade da economia, mas sim uma estratégia de desenvolvimento, cuja razão de ser é o dinamismo e a competitividade da economia nacional e que "cria seus próprios imperativos de abertura, de concorrência, de desregulamentação, de privatização e de reforma estrutural" (Bradford Jr., 1991).

Ademais, o papel do Estado e de suas políticas torna-se fundamental, tanto para a estabilização, quanto para a retomada do crescimento, tanto mais que uma atuação pautada pelo paradigma que legitimava suas ações no período de substituição de importações se encontra fortemente comprometida pela restrição fiscal.

Ao longo dos anos 70 e 80, na América Latina, o Estado perdeu sua capacidade de direcionar o processo de desenvolvimento, de uma forma muito assemelhada à que Sapir (1990) observa nos países do Leste Europeu e, em especial, na URSS. Nesta, competia ao Estado dirigir uma economia "mobilizada":

"transforma-se o papel do Estado. A mobilização exclui toda e qualquer neutralidade, mas se o Estado se torna um simples instrumento de implementação de um projeto industrializador nas mãos de um grupo dirigente, então ele desaparece enquanto agente autônomo (...). A mobilização aparece então sob a forma de uma mutação contraditória do Estado, em que a ampliação dos campos e do número de suas intervenções se acompanha de uma tendência permanente ao subdesenvolvimento e à sua redução a um conglomerado de administrações desprovidas de capacidade arbitrais e normatizadoras".

A recomposição da capacidade de intervenção e de direcionamento estratégico do Estado far-se-á, pois, necessariamente ao longo de um vetor de reestruturação da institucionalidade econômica, incompatível com o modelo setorializado de gestão dos interesses privados da fase de substituição de importações.

A um Estado capacitado e orientado segundo um novo paradigma de industrialização incumbiria coordenar a transição entre modelos de desenvolvimento, aqui concebida como um jogo de pressões e incentivos que reduzam os custos da transição, tornando-os compatíveis com as regras de uma sociedade democrática e com o imperativo de redução das disparidades de renda.

Muito pouco se discute, no entanto, sobre este tema essencial no Brasil: de fato, vive-se o paradoxo da crise de um Estado tutelar, hipertrofiado e subdesenvolvido ao mesmo tempo. Se não se redefinir radicalmente o papel do Estado na formulação e implementação de políticas públicas, o debate sobre crise e crescimento em nosso país permanecerá subdesenvolvido como

hoje se encontra e seguiremos vivendo sob a falsa alternativa que nos impõe a oposição retórica entre neo-liberais e desenvolvimentistas. A recomposição política do Estado, como centro de autoridade legítima e de produção de consenso, é um componente essencial do ajustamento, das mudanças estruturais e da retomada do desenvolvimento. Mais do que isto, tal recomposição é um processo que permeia todas as fases de mudanças estruturais e institucionais por que a economia brasileira deverá passar.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AGLIETTA, M. et alli (1981) - Des adaptations différenciées aux contraintes internationales: les enseignements d'un modèle - Revue Economique n° 4 - vol. 32 - juillet - Paris.
- BOYER, R. et alli (1991) - La dialectique réversibilité-irréversibilité: une mise en perspective - in Figures de l'Irreversibilité en Economie - Ed. EHESS - Paris.
- BRADFORD JR., C. (1991) - Nouvelles théories de vieux débats in Rétablir les flux financiers vers l'Amérique Latine - OCDE, Paris.
- BRESSER PEREIRA, L.C. (1990) - La intervención del Estado en Brasil: un enfoque pragmático. Revista de la CEPAL n° 41, agosto, Santiago.
- (1991) - Populism and economic policy in Brazil - Journal of Interamerican Studies and World Affairs - vol. 33, n° 2, Summer, Miami.
- CASTRO, A. Barros de (1991) - Um ciclo de loucura metódica - in Caderno Idéias - J.Brasil - 25/08/91.
- CHUDNOVSKY (1991) - Beyond macroeconomic stability in Latin America. The need for integrated trade and innovation policies - prepared at the request of UNCTAD, october, mimeo. Buenos Aires.
- DORNBUSCH, R. (1990) - Policies to move from stabilization to growth. CEPR discussion paper n° 456, London.



- DORNBUSCH, R. e EDWARDS, S. (1989) - Macroeconomic populism in Latin America. Working paper nº 2986 - NBER, may, Cambridge, Massachussets.
- FANELLI, J.M. et alli (1990) - Growth and structural reform in Latin America. Where we stand - Documento CEDES nº 57, Buenos Aires.
- FISHLOW, A. (1986) - A economia política do ajustamento brasileiro aos choques do petróleo: uma nota sobre o período 74/84 - Pesquisa e Planejamento Econômico - IPEA, dezembro, Rio.
- FREEMAN, C. (1989) - New technology and catching up. The European Journal of Development Research - vol. 1, nº 1 - June, London.
- FRITSCH, W. e FRANCO, G. (1991) - Industrial and trade policy reform in Brazil: an interim assessment - prepared for CEPAL - abril, Rio.
- HELLEINER, G. (1990) - Trade strategy in medium-term adjustment, World Development - vol. 18, nº 6, London.
- LOPEZ, R. (1991) - How trade and macroeconomic policies affect economic growth and capital accumulation in developing countries - Policy, research and external affairs working paper - WPS 625 - março, Washington, DC.
- LORDON, F. (1991) - Théories de la croissance: quelques développements récents - Observations et Diagnostics Economiques nºs. 36 e 37 - abril e julho, OFCE, Paris.



- MOTTA VEIGA, P. (1990a) - Notas sobre políticas de ajustamento externo e estratégias de inserção: algumas questões colocadas pela abertura da economia. TD nº 29, Funcex, fevereiro, Rio.
- (1990b) - Etat , industrialisation et contrainte extérieure: essor et crise de la regulation tutéllaire au Brésil-datilo. Paris.
- RODRIG, D. (1990a) - Trade policies and development: some new issues. CEPR discussion paper nº 447, august, London.
- (1990b) - How should structural adjustment programs be designed? - World Development, vol. 18, nº 7 - London.
- SACHS, J. (1989) - Social conflict and populist policies in Latin America - NBER working paper nº 2897, march, Cambridge, Massachussets.
- SAPIR, J. (1990) - L'économie mobilisée, Ed. La Découverte, Paris.
- SHAPIRO, H. e TAYLOR, L. (1990) - The State and industrial strategy - World Development, vol. 18, nº 6 - London.
- WILLIAMSON, J. (1990) - Latin American adjustment. How much has happened? - Institute for International Economics, Washington, DC.

Ajudando o Brasil a expandir fronteiras

- 
- 163 *O acesso da China à OMC: implicações para os interesses brasileiros.*  
*Lia Valls Pereira e Galeno Tinoco Ferraz Filho. Set/2005.*
- 
- 162 *Subsídios (ao milho e derivados) e barreiras comerciais: mecanismos e artifícios que anulam a vantagem comparativa do Brasil nos mercados norte-americano e europeu em açúcar, etanol, manitol e sorbitol.*  
*Aluísio G. de Lima Campos. Fev/2004.*
- 
- 161 *Relações econômicas bilaterais Brasil-Rússia: perspectivas de ampliação.*  
*João Bosco Machado e Carlos Serapião Júnior. Jul/2003.*
- 
- 160 *Focando a política de promoção de exportações.*  
*Ricardo A. Markwald e Fernando Puga. Set/2002.*
- 
- 159 *Diversificação regional das exportações brasileiras: um estudo prospectivo.*  
*Renato da Fonseca. Set/2002.*
- 
- 158 *Um levantamento de atividades relacionadas à atividade exportadora das empresas brasileiras: resultados de pesquisa de campo junto a 460 empresas exportadoras.*  
*Galeno Tinoco Ferraz Filho e Fernando José Ribeiro. Set/2002.*
- 
- 157 *O viés anti-exportador: mais além da política comercial.*  
*Pedro da Motta Veiga. Set/2002.*
- 
- 156 *A institucionalidade da política brasileira de comércio exterior.*  
*Pedro da Motta Veiga e Roberto Magno Iglesias. Set/2002.*
- 
- 155 *Política comercial brasileira: limites e oportunidades.*  
*Marcelo de Paiva Abreu. Set/2002.*
- 
- 154 *Promoção de exportações via internacionalização das firmas de capital brasileiro.*  
*Roberto Magno Iglesias e Pedro da Motta Veiga. Set/2002.*
- 
- 153 *O comércio exterior brasileiro de bens de capital: desempenho e indicadores por grupos de produtos.*  
*Fernando J. Ribeiro e Henry Pourchet. Jul/2000.*
- 
- 152 *O comércio exterior brasileiro de calçados e têxteis: desempenho e indicadores por grupos de produtos.*  
*Fernando J. Ribeiro e Henry Pourchet. Jul/2000.*
- 
- 151 *Diretrizes de promoção comercial para as exportações do Rio Grande do Sul.*  
*Pedro da Motta Veiga, Mário C. de Carvalho Júnior, Leda Hahn e Galeno Tinoco Ferraz Filho. Jun/2000.*
- 
- 150 *Desempenho exportador do Rio Grande do Sul.*  
*Pedro da Motta Veiga e Mário C. de Carvalho Júnior. Jun/2000.*
- 
- 149 *Impacto del proceso de integracion del Mercosur sobre el sector calzado.*  
*Marta Bekerman, Paulo Guilherme Corrêa e Laens S. Nov/99.*
- 
- 148 *Impacto del proceso de integracion del Mercosur sobre el sector farmaceutico.*  
*Marta Bekerman, Paulo Guilherme Corrêa e Laens S. Nov/99.*
- 
- 147 *Barreiras às importações nos Estados Unidos da América, Japão e União Européia: estimativas do impacto sobre as exportações brasileiras.*  
*Honório Kume e Guida Piani. Out/99.*
- 
- 146 *Barreiras externas às exportações brasileiras: 1999.*  
*Renato Fonseca, Mário C. de Carvalho Jr., Galeno T. Ferraz Filho, Henry Pourchet, Ricardo Markwald e Fernando C. da Silva. Out/99.*
- 
- 145 *Uma estratégia para a promoção comercial das exportações nordestinas.*  
*Ricardo Andrés Markwald e Pedro da Motta Veiga. Out/99.*
- 
- 144 *Indústrias de plásticos: desenvolvimento do potencial exportador das empresas de 3ª geração.*  
*João Bosco M. Machado e Galeno Tinoco Ferraz Filho. Jul/99.*
- 
- 143 *Subsídios ao milho e aos derivados do milho nos mercados dos Estados Unidos e da União Européia.*  
*Aluísio G. de Lima Campos. Jul/99.*
-